

AO JUÍZO DA XX VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES

Autos:

FULANA DE TAL, já qualificada, pela Defensoria Pública do Distrito Federal, apresentada pelo órgão de execução abaixo assinado, vem, perante este Juízo, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS**, tudo pelos motivos de fatos e de direito a seguir deduzidos.

Trata-se de demanda ajuizada visando o reconhecimento de paternidade socioafetiva *post mortem* de FULANO DE TAL, ajuizada por FULANA DE TAL em face dos herdeiros do falecido.

Os herdeiros foram citados e apresentaram as contestações de IDs. Em razão disso, a autora foi intimada para apresentar réplica de ID.

Foi marcada audiência de instrução e julgamento para a DATA, ocasião em que foram tomados os depoimentos pessoais da autora, bem como o do herdeiro FULANO DE TAL.

Do depoimento pessoal da autora, ID, verifica-se que a relação de filiação foi construída entre a requerente e FULANO DE TAL, pois ela foi morar com o casal FULANA DE TAL e FULANO DE TAL quando tinha X anos de idade, era tratada como filha por ambos, ocorre que eles se separam

quando ela tinha IDADE, ficando sob a guarda da mãe FULANA DE TAL, mas mantinha relação filial com o senhor FULANO DE TAL, conforme trechos abaixo do depoimento dela.

QUE viveu junto com o casal até os X anos de idade; QUE a partir desta data o casal se separou e a depoente ficou morando com FULANA DE TAL; QUE a partir de quatro anos de idade passou a residir na casa do casal FULANA DE TAL e FULANO DE TAL;

QUE tem bom relacionamento com os filhos biológicos de FULANA DE TAL e FULANO DE TAL; QUE sempre se chamaram de irmãos;

QUE os contatos com ele se davam debaixo do prédio; QUE também saiam para jantar e almoçar; QUE quando teve filho FULANO DE TAL foi ao hospital conhecer o neto; QUE compareceu ao batizado e aniversário do filho da depoente;

Percebe-se que o pai FULANO DE TAL participou de momentos relevantes da vida da autora, como o nascimento, batizado e aniversário do filho dela FULANO DE TAL, comprovando a paternidade socioafetiva.

Segue em anexo foto do dia do batizado de FULANO DE TAL, no qual aparecem a criança, a senhora FULANA DE TAL e o senhor FULANO DE TAL, prova que os dois se relacionavam como pai e filha.

Em seguida, houve a realização de nova audiência de instrução e julgamento, na DATA, a fim de ouvir as testemunhas.

Do depoimento da testemunha FULANA DE TAL, destaca-se os seguintes trechos:

Que conhece a autora desde que a autora tinha três

anos de idade; que conheceu Dilvânia na casa dos sogros FULANA DE TAL e FULANO DE TAL, depois disso ela foi adotada pelo casal, permanecendo residindo com eles; que chamava FULANA DE TAL de mãe e FULANO DE TAL de pai; que os filhos biológicos sempre trataram a autora como irmã; que FULANA DE TAL compareceu ao aniversário de 80 anos de FULANO DE TAL;

Designou-se nova audiência de instrução e julgamento, realizada, na DATA, no qual foi tomado o depoimento da informante FULANO DE TAL, destacando-se os seguintes trechos.

QUE conhece a autora desde a época que ela tinha 6 (seis) anos de idade; QUE a conheceu na casa de sua mãe FULANA DE TAL; QUE trabalhou na casa de FULANA DE TAL por 27 (vinte e sete) anos; QUE trabalhou na casa de FULANA DE TAL até ANO TAL; QUE quando foi trabalhar na casa de FULANA DE TAL, ela ainda era casada com o Sr. FULANO DE TAL; QUE FULANA DE TAL e o Senhor FULANO DE TAL adotaram FULANA DE TAL; QUE tem conhecimento que o Sr. FULANO DE TAL também adotou FULANA DE TAL; QUE FULANA DE TAL chamava Dona FULANA DE TAL de mãe; QUE ela chamava Seu FULANO DE TAL de papai; QUE FULANA DE TAL foi adotada antes da separação do casal. QUE pela comunidade em geral, FULANA DE TAL era tida como filha de FULANO DE TAL; QUE Seu FULANO DE TAL tratava DFULANA DE TAL como filha; QUE Seu FULANO DE TAL chamava Dilvânia de “minha filhota”; QUE mesmo depois de adulta, Seu FULANO DE TAL mantinha contato com FULANA DE TAL, pois ela ia onde ele estava;

Na assentada da DATA, a Defensoria Pública arguir a preclusão da indicação da testemunha FULANA DE TAL, pois foi arrolada após o prazo concedido a especificação de provas, apesar disso na audiência realizada na DATA, tal pessoa foi ouvida.

Dessa forma, o testemunho da referida pessoa é considerado nulo, não podendo ser utilizado para fins de

estabelecimento do convencimento do juízo acerca do caso em análise.

Uma das formas de parentesco é a decorrente da afetividade, já reconhecida pela doutrina, pela jurisprudência e pela lei, uma vez que o artigo 1593 do CC prevê o parentesco civil resultante de outras formas de origem, o legislador permite que a paternidade seja reconhecida com base em outras fontes que não apenas a relação de sangue. Logo, permite a paternidade com fundamento no afeto.

Para a configuração da filiação socioafetiva é necessário verificar se no caso em exame, estão presentes alguns dos pressupostos da teoria da posse do estado de filho, a fama ou o tratamento ou o nome, de acordo com enunciado 256-CJF: a posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil.

O escritor Flávio Tartuce define os três critérios para a configuração da posse de estado de filho.

O primeiro deles é o tratamento (*tractatus*), relativo ao fato de que, entre si e perante a sociedade, as partes se relacionam como se fossem unidas pelo vínculo de filiação, ou seja, como pais e filhos.

A fama ou *reputatio*, segundo critério, constitui uma repercussão desse tratamento, constituindo o reconhecimento geral da situação que se concretiza socialmente. A entidade familiar é analisada de acordo com o meio social, com projeção natural da expressão “base da sociedade”, conforme consta no artigo 226, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Por fim, com tom complementar e acessório, há o nome (*nomen*) presente quando a situação fática revela que o declarado filho utiliza o sobrenome do seu suposto pai. Alerta-se que é levado em conta não somente o nome registral civil, mas também o nome social, especialmente nos casos em que o filho é conhecido pelo pai perante a comunidade onde vive, ou vice-versa, de sorte, frise-se que esse último elemento não é primordial para que a posse de estado de filhos e consequente parentalidade socioafetiva estejam reconhecidas.¹

No caso em apreço, percebe-se que estão contidos os

requisitos acima, pois, a autora era tratada como filha pelo senhor FULANO DE TAL, e, ela o tratava como pai. Os dois eram reconhecidas pela comunidade e pela família como pai e

¹ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil, editora Método, 6ª edição, ano 2016, página 1195.

filha, assim preenchido o requisito da fama, assim como o critério do nome, uma vez que ela tinha o sobrenome Monteiro pertencente ao senhor FULANO DE TAL.

Pelo depoimento pessoal da requerente e da testemunha FULANA DE TAL e da informante FULANO DE TAL, chega-se à conclusão que a autora era tratada como filha pelo senhor FULANO DE TAL e que os parentes, amigos e a comunidade em geral os conheciam como pai e filha.

O STJ tem o entendimento sobre a possibilidade de reconhecimento de maternidade/paternidade afetiva *post mortem*.

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.1. A

socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem".2. A comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar, prevista no art. 42, § 6º, do ECA, deve observar, segundo a jurisprudência desta Corte, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam: o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição.3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos.4. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou

atestada pelas instâncias ordinárias.5. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias. 6. Recurso especial não provido. (REsp 1500999/RJ, Rel. Ministro

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA,
julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016).

A autora FULANA DE TAL tem o seguinte posicionamento acerca da afetividade no reconhecimento de parentesco entre as pessoas.

É a convivência entre pais e filhos que caracteriza a paternidade, e não o elo biológico ou decorrente de presunção legal. Constituindo o vínculo de parentalidade, mesmo quando desligado da verdade biológica, prestigia-se a situação que preserva o elo de afetividade. Para Cristino Chaves e Nelson Rosenvald, pai afetivo é aquele que ocupa, na vida do filho, o lugar do pai, desempenha a função de pai. É uma espécie de adoção de fato. É aquele que ao dar abrigo, carinho, educação, amor ao filho, expõe o foro mínimo da filiação, apresentando-se em todos os momentos, inclusive naqueles em que se toma a lição de casa e ou verifica o boletim escolar. Enfim, é o pai das emoções, dos sentimentos e é filho do olhar embevecido que reflete àqueles sentimentos que sobre ele se projetam².

O entendimento acerca da possibilidade de reconhecimento de paternidade socioafetiva *post mortem* é admitido pelo TJDF, conforme julgado abaixo.

DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE SOCIOAFETIVAS POST MORTEM. MATERNIDADE SOCIOAFETIVA. CARACTERIZAÇÃO. VINCULAÇÃO AFETIVA COMPROVADA. ASSUNÇÃO DA POSIÇÃO DE MÃE. VINCULAÇÃO AFETIVA DERIVADA DO VÍNCULO DE CRIAÇÃO ESTABELECIDO DESDE TENRA IDADE.

RELACIONAMENTO COM OS CONTORNOS DA
ASSUNÇÃO DA POSIÇÃO DE MÃE. PEDIDO
ACOLHIDO QUANTO AO RECONHECIMENTO.
SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS

² DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. Salvador: Editora Juspodivm, 14^a edição, 2021, páginas 232 e 233.

RECURSAIS FIXADOS. 1.A construção do conceito paternidade/maternidade socioafetiva encontra albergue jurídico a partir do Texto Constitucional (v.g., § 4º do art. 226), replicando no Código Civil/2002, que alinhara novas luzes em apoio a tal concepção, ao estabelecer, no artigo 1593, que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem", resultando na compreensão de que no fato jurídico do nascimento compreende-se a filiação consangüínea e também a socioafetiva e que posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil. 2.A maternidade socioafetiva constitui espécie de parentesco civil fundado na posse do estado de filho e seu reconhecimento jurídico decorre da relação jurídica de afeto, marcadamente nos casos em que, a par de inexistente qualquer vinculação biológica, há a assunção da posição de mãe em relação ao filho.

Ante o exposto, requer seja julgado procedente o pedido reconhecendo-se a paternidade socioafetiva *post mortem* de FULANO DE TAL, em favor da autora.

LOCAL E DATA.

Defensora Pública do

Distrito Federal

Matrícula

